



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitiba

LEI Nº 6.535/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO.

Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo municipal da infância e adolescência - FIA/Secretaria Municipal de Assistência Social autorizado a firmar Termo de Colaboração com **ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO**, inscrita no CNPJ nº 06.345.463/0001-71, com o objetivo de executar ações de prevenção de gravidez na adolescência, para adolescentes que residem em Curitiba, conforme detalhado no Plano de Trabalho aprovado no Edital de Chamamento Público n. 003/2021.

Art. 2º - O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do Presente termo de colaboração é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cujo repasse será efetuado conforme cronograma de desembolso do plano de trabalho apresentado pela instituição.

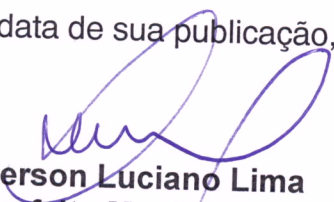
Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

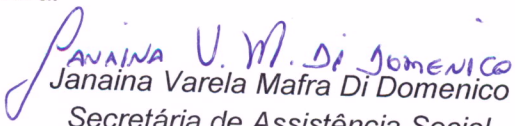
05.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2.012 MANUT. ATIV. FUNDO MUN. CRIANÇA E DO ADOLESC.
3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR..... R\$ 8.000,00

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de julho de 2021.


Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um na portaria e no mural público da Prefeitura.


Janaina V. M. Di Domenico
Secretária de Assistência Social



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitiba

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 81/2021

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 81/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA/SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal, e a **ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO**, inscrita no CNPJ sob nº 06.345.463/0001-71, com sede na Rua Leônidas Bocaiúva de Moraes, nº 115 – Bairro São Francisco em Curitiba/SC, doravante denominada(o) ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, por seu representante legal **Éder Ramos dos Santos**, inscrito no CPF sob nº 026.250.269-01, RG 3.543.887, residente e domiciliado em Curitiba, resolvem celebrar o presente termo de colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto Municipal 4.870/2017, consoante Edital de Chamamento 003/2021 e Lei Municipal nº 6.535/2021 mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de colaboração, decorrente do chamamento público nº 003/2021, tem por objeto executar ações de prevenção a gravidez na adolescência, para adolescentes que residem em Curitiba, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Federal 13.019/14 e Decreto 4.870/2017.

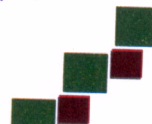
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

b) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;





Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitiba

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelas despesas decorrentes de aquisição de equipamentos e materiais permanentes;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), cujo repasse será efetuado em conforme cronograma de desembolso do plano de trabalho apresentado pela instituição.

3.2 – Os Créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente termo são provenientes do orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FIA, autorizado pela Lei 6.371/2020, funcional programática:

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

05.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2.012 MANUT. ATIV. FUNDO MUN. CRIANÇA E DO ADOLESC.

[Handwritten signature]





Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitiba

3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR..... R\$ 8.000,00

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Colaboração, a título de contrapartida, na forma de bens ou serviços economicamente mensuráveis, percentual igual ou superior ao recurso recebido da Administração Pública Municipal. Não será exigido o depósito do valor correspondente.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
 - II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;
 - III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
- 4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:





Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitiba

- I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- V - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- VI - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.
- VII – pagar despesas com remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas,
- VIII - aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração terá vigência no período compreendido entre a data de assinatura do termo colaboração até dia 20/12/2021, sem interrupção de atendimento durante o prazo de vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I - Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado.
- II - Relatório de Execução Físico-Financeira assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitiba

III - Notas e comprovantes fiscais originais ou em cópias autenticadas, incluindo recibos emitidos em nome da organização da sociedade civil;

IV - Extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria;

V - Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica quando houver;

VI - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes quando houver;

VII - relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos quando for o caso;

VIII - lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

Parágrafo único: A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

7.2 - A Administração pública considerará ainda em sua análise, relatório da visita técnica *in loco*, realizada durante a execução da parceria, quando houver:

7.3 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

7.4 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, adotará providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.





Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitiba

7.5 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

8.1 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

8.2 Os valores previstos para a execução do plano de trabalho poderão ser remanejados entre si até o limite de 20%.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

9.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com a administração pública, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Curitiba, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único: As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Prefeito, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.





Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitiba

9.2. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

9.3 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 O presente termo de colaboração poderá ser:

I - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

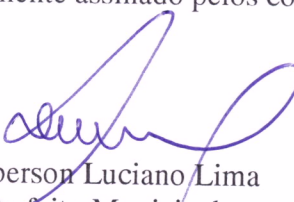
- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;
- e) pela superveniência de norma legal, ou fato que o torne materialmente inexequível;
- f) pela extinção da OSC durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo, por ato de um dos partícipes, mediante prévio aviso daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo de colaboração.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes.

Curitiba, 19 de julho de 2021.


Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal


Gestora do Fundo Municipal da Infância e Adolescência


Representante legal da organização da sociedade civil



PLANO DE TRABALHO

AÇÕES DE PREVENÇÃO A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Organização da Sociedade Civil – OSC

ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO

Rua: Leônidas Bocaiúva de Moraes; 115; Bairro São Francisco

Curitiba | CEP 89520-000

Fone: (49) 3241 4422/ 049 98409 6608

E-mail: ongherdeirosdofuturo@hotmail.com

CNPJ: 06.345.463/0001-71

Representante Legal: Éder Ramos dos Santos

Responsável pela execução do projeto: Giovana Aparecida Kruker

II – NOME DO PROJETO

Vivências na Adolescência

III – JUSTIFICATIVA

A gravidez na adolescência tornou-se nos últimos tempos um grande problema de saúde pública, pois apresenta implicações de ordem biológica, familiar e econômica as quais atingem o indivíduo isoladamente e a sociedade como um todo, visto que são, muitas vezes, não planejadas.

Este projeto propõem uma intervenção com a participação das famílias e adolescentes, com a implantação de atividades e ações relevantes em saúde sexual e reprodutiva, que visam reduzir a incidência de gravidez na adolescência, violência sexual, exploração sexual, a inclusão da diversidade sexual, com o objetivo de contribuir através das vivências grupais para construção de um projeto de vida para o futuro.

V – OBJETIVOS

b) Geral:

Promover ações e atividades socioeducativas no âmbito da prevenção da gravidez na adolescência e a inclusão das famílias, através da implementação de estratégias de educação em saúde, na OSC Herdeiros do Futuro, para a diminuição dos índices de gravidez precoce no município.

b) Específicos:

Objetivo Específico	Ações	Resultados Esperados
Orientar adolescentes e famílias sobre as práticas sexuais cada vez mais precoces e sem prevenção;	Atividades educativas e de prevenção sobre os diversos problemas causados pela falta de informação, danos à saúde em seus diferentes ciclos de vida	Adolescentes capazes de fazer escolhas corretas e tenham consciência sobre as consequências da gravidez indesejada
Estabelecer parceria com a Unidade Básica de saúde do Bairro São Francisco através do programa Saúde na Família	Implementar oficinas semanais com enfoque sobre as consequências da gravidez na adolescência	Pais conscientes sobre os efeitos psicológicos, emocionais e fisiológicos frente à situação da gravidez precoce
Criar espaços de discussões e diálogos sobre a prevenção da gravidez na adolescência	Desenvolver oficinas com os pais ou responsáveis por meio de palestras, vídeos, dinâmicas em grupos e com profissionais da área da saúde	Formação de grupos semanais com famílias e adolescentes inseridos nas atividades com temáticas relacionadas a sexualidade, saúde do corpo, doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, prevenção e outros

VI – PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO PROJETO

O perfil da população atendida pelo projeto são adolescentes a partir de 13 anos e famílias inscritas na OSC e identificadas através de parceiros como postos de saúde, escolas, pastoral da criança e assistência social que necessitam de apoio e promoção de ações de educação em saúde e prevenção da gravidez precoce.

VII – METODOLOGIA

O local para o desenvolvimento das ações será nas dependências da OSC, onde serão realizadas palestras e oficinas com adolescentes e famílias com objetivo de orientá-las em relação aos riscos da gravidez precoce.

As famílias também estarão envolvidas nas atividades e ações, para isso serão realizados acompanhamento e monitoramento dos grupos, especialmente àqueles em situação de risco social, e a partir das demandas elaborar estratégias em conjunto para combater a falta de informação e situações de violação de direitos e abusos. As atividades incluem parcerias com profissionais e técnicos das áreas da saúde, educação, e grupos coletivos com incentivo a melhoria na qualidade de vida.

Está prevista a realização de Campanha de Prevenção e distribuição de panfletos informativos.

VIII – CRONOGRAMA DE AÇÕES

Ações	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4
Levantamento de dados e inscrição dos participantes	X			
Formação de parcerias	X			
Identificação de famílias prioritárias	X			
Execução das atividades educativas		X	X	X

IX – EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Função no Projeto	Formação Profissional	Natureza do Vínculo	Número de Horas Semanais Trabalhadas
Coordenação, palestrante, mediador.	Enfermeiro	Voluntariado	10h
Monitor	Pedagogia	Voluntariado	10h
Bolsista Acadêmico	Psicologia	Voluntariado	10h
Médico	Medicina	Voluntariado	10h

X – INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

A execução do projeto dar-se-á no espaço multiuso da OSC, em parceria com a unidade de saúde do bairro São Francisco utilizando a estrutura e equipamentos lá existentes, como salas de aula, cozinhas, auditórios, computadores e projetores.

Para a plena execução das ações será necessária a compra de materiais para as oficinas, uniformes, gêneros alimentícios e produção de material para divulgação.

XI – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Objetivos	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação
Orientar adolescentes e famílias sobre prevenção da gravidez na adolescência	Número de participantes envolvidos no projeto e nas atividades	Listas de frequência e resultado de questionários de avaliação
Desenvolver junto com a unidade de saúde do Bairro São Francisco palestras multiprofissionais sobre a gravidez, sexualidade,	Número de famílias presentes nas atividades e mudanças de comportamentos Diminuição das	Visitas domiciliares e distribuição de materiais informativos

padrões de comportamento	vulnerabilidades a que esse grupo esta exposto	
--------------------------	--	--

XII – ORÇAMENTO DO PROJETO

Total do Projeto: R\$ 16.000,00

Contrapartida da entidade: R\$ 8.000,00

Valor do recurso da parceria: R\$ 8.000,00

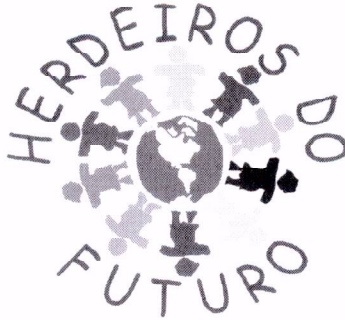
Itens	Descrição (com quantidade)	Valor Unitário	Valor Total
Kit Lanche	500	R\$ 5,00	R\$ 2.500,00
Kits Pedagógicos e educativos	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
Panfletos Explicativos	500	R\$ 3,00	R\$ 1.500,00
Camisetas	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
TOTAL do recurso da parceria			R\$ 8.000,00

XIII – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04
R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00

Curitiba, 28 de junho de 2021.

 Éder Ramos dos Santos
 Representante Legal da OSC



PLANO DE TRABALHO

AÇÕES DE PREVENÇÃO A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Organização da Sociedade Civil – OSC

ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO

Rua: Leônidas Bocaiúva de Moraes; 115; Bairro São Francisco

Curitibanos | CEP 89520-000

Fone: (49) 3241 4422/ 049 98409 6608

E-mail: ongherdeirosdofuturo@hotmail.com

CNPJ: 06.345.463/0001-71

Representante Legal: Éder Ramos dos Santos

Responsável pela execução do projeto: Giovana Aparecida Kruker

II – NOME DO PROJETO

Vivências na Adolescência

III – JUSTIFICATIVA

A gravidez na adolescência tornou-se nos últimos tempos um grande problema de saúde pública, pois apresenta implicações de ordem biológica, familiar e econômica as quais atingem o indivíduo isoladamente e a sociedade como um todo, visto que são, muitas vezes, não planejadas.

Este projeto propõem uma intervenção com a participação das famílias e adolescentes, com a implantação de atividades e ações relevantes em saúde sexual e reprodutiva, que visam reduzir a incidência de gravidez na adolescência, violência sexual, exploração sexual, a inclusão da diversidade sexual, com o objetivo de contribuir através das vivências grupais para construção de um projeto de vida para o futuro.

V – OBJETIVOS

b) Geral:

Promover ações e atividades socioeducativas no âmbito da prevenção da gravidez na adolescência e a inclusão das famílias, através da implementação de estratégias de educação em saúde, na OSC Herdeiros do Futuro, para a diminuição dos índices de gravidez precoce no município.

b) Específicos:

Objetivo Específico	Ações	Resultados Esperados
Orientar adolescentes e famílias sobre as práticas sexuais cada vez mais precoces e sem prevenção;	Atividades educativas e de prevenção sobre os diversos problemas causados pela falta de informação, danos à saúde em seus diferentes ciclos de vida	Adolescentes capazes de fazer escolhas corretas e tenham consciência sobre as consequências da gravidez indesejada
Estabelecer parceria com a Unidade Básica de saúde do Bairro São Francisco através do programa Saúde na Família	Implementar oficinas semanais com enfoque sobre as consequências da gravidez na adolescência	Pais conscientes sobre os efeitos psicológicos, emocionais e fisiológicos frente à situação da gravidez precoce
Criar espaços de discussões e diálogos sobre a prevenção da gravidez na adolescência	Desenvolver oficinas com os pais ou responsáveis por meio de palestras, vídeos, dinâmicas em grupos e com profissionais da área da saúde	Formação de grupos semanais com famílias e adolescentes inseridos nas atividades com temáticas relacionadas a sexualidade, saúde do corpo, doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, prevenção e outros

VI – PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO PROJETO

O perfil da população atendida pelo projeto são adolescentes a partir de 13 anos e famílias inscritas na OSC e identificadas através de parceiros como postos de saúde, escolas, pastoral da criança e assistência social que necessitam de apoio e promoção de ações de educação em saúde e prevenção da gravidez precoce.

VII – METODOLOGIA

O local para o desenvolvimento das ações será nas dependências da OSC, onde serão realizadas palestras e oficinas com adolescentes e famílias com objetivo de orientá-las em relação aos riscos da gravidez precoce.

As famílias também estarão envolvidas nas atividades e ações, para isso serão realizados acompanhamento e monitoramento dos grupos, especialmente àqueles em situação de risco social, e a partir das demandas elaborar estratégias em conjunto para combater a falta de informação e situações de violação de direitos e abusos. As atividades incluem parcerias com profissionais e técnicos das áreas da saúde, educação, e grupos coletivos com incentivo a melhoria na qualidade de vida.

Está prevista a realização de Campanha de Prevenção e distribuição de panfletos informativos.

VIII – CRONOGRAMA DE AÇÕES

Ações	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4
Levantamento de dados e inscrição dos participantes	X			
Formação de parcerias	X			
Identificação de famílias prioritárias	X			
Execução das atividades educativas		X	X	X

IX – EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Função no Projeto	Formação Profissional	Natureza do Vínculo	Número de Horas Semanais Trabalhadas
Coordenação, palestrante, mediador.	Enfermeiro	Voluntariado	10h
Monitor	Pedagogia	Voluntariado	10h
Bolsista Acadêmico	Psicologia	Voluntariado	10h
Médico	Medicina	Voluntariado	10h

X – INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

A execução do projeto dar-se-á no espaço multiuso da OSC, em parceria com a unidade de saúde do bairro São Francisco utilizando a estrutura e equipamentos lá existentes, como salas de aula, cozinhas, auditórios, computadores e projetores.

Para a plena execução das ações será necessária a compra de materiais para as oficinas, uniformes, gêneros alimentícios e produção de material para divulgação.

XI – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Objetivos	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação
Orientar adolescentes e famílias sobre prevenção da gravidez na adolescência	Número de participantes envolvidos no projeto e nas atividades	Listas de frequência e resultado de questionários de avaliação
Desenvolver junto com a unidade de saúde do Bairro São Francisco palestras multiprofissionais sobre a gravidez, sexualidade,	Número de famílias presentes nas atividades e mudanças de comportamentos Diminuição das	Visitas domiciliares e distribuição de materiais informativos

padrões de comportamento	vulnerabilidades a que esse grupo esta exposto	
--------------------------	--	--

XII – ORÇAMENTO DO PROJETO

Total do Projeto: R\$ 16.000,00

Contrapartida da entidade: R\$ 8.000,00

Valor do recurso da parceria: R\$ 8.000,00

Itens	Descrição (com quantidade)	Valor Unitário	Valor Total
Kit Lanche	500	R\$ 5,00	R\$ 2.500,00
Kits Pedagógicos e educativos	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
Panfletos Explicativos	500	R\$ 3,00	R\$ 1.500,00
Camisetas	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
TOTAL do recurso da parceria			R\$ 8.000,00

XIII – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04
R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00

Curitiba, 28 de junho de 2021.

Éder Ramos Santos
026 250 660-01
Presidente
ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS
HERDEIROS DO FUTURO

Éder Ramos dos Santos
Representante Legal da OSC

